

ESQUEMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS

Por Victor de Sá

Em Portugal, a presença operária começa a dar conta do seu peso logo após o triunfo definitivo do liberalismo (1834).

É na Revolução de Setembro de 1836, quando umas facções liberais se erguem contra outras (os «devoristas») do Governo, que os operários dos arsenais do exército e da marinha, integrados nos batalhões de uma das facções, fazem pender a vitória em seu favor.

Não só foi substituído o Governo. A revolução democrática fez aclamar também a antiga Constituição votada (1822), em detrimento da Carta outorgada (1826), então em vigor.

Para anular o ascenso popular afirmado na Revolução de Setembro, foram ensaiadas nos meses subsequentes muitas tentativas da burguesia liberal, porém todas fracassadas. Só passado ano e meio é que o objectivo restauracionista foi alcançado, aliás cruelmente (massacre do Rossio, Março de 1838), quando os arsenalistas foram atraídos a uma cilada e mortos mais de uma centena.

Na década seguinte registaram-se em Portugal as primeiras greves industriais. Uma, exactamente dos operários arsenalistas a reclamar contra atraso de salários (1840). E, entre outras, a dos operários metalúrgicos

(1849) que reivindicam e obtêm a eliminação do trabalho noturno sem baixa de salários.

As décadas seguintes (1850 e 1860) são de aparente estabilidade governamental assente no rotativismo político. É a Regeneração, nome português do capitalismo. É o período de construção dos caminhos de ferro (iniciado em 1853) e outras obras públicas que atraem grandes financiamentos estrangeiros. Também se estruturam as bases capitalistas da nova sociedade portuguesa.

Relativamente ao movimento operário, a burguesia adota, em Portugal, em meados do século, uma política de dureza legal combinada com o fomento da filantropia. Isto é, por um lado inscreve no Código Penal (1852) a proibição de greves. Por outro, promove e enquadra o associativismo operário.

Assim, à semelhança do que já ocorrera em Berlim (1844), também em Lisboa foi criado (1852) um Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas, dirigido e controlado pela burguesia, procurando atrair a si a classe operária e suscitar-lhe objectivos meramente reformistas e mutualistas.

No entanto, esse Centro constituiu uma base de concentração operária e reflexão de temas sociais, servindo de iniciação a muitos trabalhadores que o frequentavam.

Ligação à Primeira Internacional

Será em 1870, por influência da Associação Internacional dos Trabalhadores (Londres, 1864), que a agitação operária recobra forças em Portugal e rompe com o paternalismo burguês. Numa assembleia geral do Centro Promotor (19 de Outubro) são derogados os velhos estatutos de aprovação governamental e aprovados novos, inspirados nos princípios do Internacional, sob a forma de associação de resistência.

O ano seguinte é marcado pelos reflexos da Comuna de Paris esmagada, como se sabe, em fins de Maio.

Logo em Junho vêm clandestinamente de Espanha a Portugal três membros da A.I.T. (Anselmo Lorenzo, futuro autor do «El proletariado militante», Francisco Mora e o bakuninista Tomaz Gonzaga Morago), que vão encontrar no Centro Promotor adeptos para a sua propaganda internacionalista. São liberais avançados, interessados nas questões sociais, e jovens intelectuais (poeta Antero de Quental, Jaime Batalha Reis) ligados às Conferências do Casino (22 de Maio e 19 de Junho), estas por sua vez idênticas às que dois meses antes se tinham realizado em Madrid (Conferências de S.^o Isidro).

Constituiu-se então um núcleo organizador da Internacional ao mesmo tempo que se iniciou a intriga fraccionista gerada pelo grupo bakunista (Aliança Democrática Social) dominante entre os delegados espanhóis. As suas divergências romperam durante a estadia em Lisboa (9 de Junho a 21 de Agosto), com Morago a demitir-se do Conselho Espanhol e a desligar-se dos seus compatriotas para prosseguir as intrigas em Portugal.

No entanto, na Conferência do Conselho Geral da A.I.T. em Londres (10 a 18 de Setembro) já Portugal e Espanha se fazem representar, esta por Anselmo Lorenzo, aquele por Frederico Engels, como «secretário correspondente para Portugal».

É no mês seguinte a secção de Lisboa da A.I.T. emite um apelo de solidariedade à greve dos mecânicos de Sevilha.

Falhada a grande ofensiva divisionista em que se envolveram sectores intelectuais e republicanos, uma nova associação, a Fraternidade Operária, vai reunir os internacionalistas portugueses, que fazem dela o organismo unitário do movimento. O número dos seus associados sobe em flecha (37 em Janeiro 1872, 1.350 em Março, 4 mil em Agosto), esvaziando-se, ao contrário, a massa associativa do velho Centro Promotor, que assim se extingue.

A Fraternidade promove a publicação de «O Pensamento Social», periódico que exhibe no cabeçalho uma legenda típica da Internacional: «Não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres». É nesse jornal que no mesmo ano irá aparecer a primeira tradução portuguesa do Manifesto Comunista.

A mensagem de adesão oficial ao Conselho Geral de Londres da A.I.T. data de 10 de Março também em 1872. Em Junho, numa carta endereçada a Frederico Engels, um dos signatários da adesão (o tipógrafo Nobre França, outro foi o professor primário José Tedeschi), dá-lhe conta da situação económica e social do país, põe em realce a solicitude de Engels e reconhece-lhe a qualidade de «secretário por Portugal».

Em Agosto também esteve em Portugal o genro de Marx, Pablo Lafargue, a quem a secção portuguesa delegou representação para o Congresso da Internacional em Haia (Setembro).

O surto grevista desse ano de 1872 (mais de 50 greves em dezoito meses) faz dizer ao «Pensamento Social» que «entrávamos finalmente no movimento moderno europeu, e que nós, trabalhadores portugueses, podíamos também constituir-nos em *classe*» (N.º 32, 24.XI.1872).

Era o desabafo de uma consciência social desde então expressamente assumida.

O movimento operário português emancipa-se da tutela burguesa, firma-se cada vez mais como classe de trabalhadores. Depura-se então de

elementos desagregadores da pequena burguesia (José Fontana, Carrilho Videira, censuras aos proudhonianos Antero de Quental e Eduardo Maia) e acaba por assumir-se (Outubro de 1873) como Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa.

Do primeiro Partido Socialista à II.ª Internacional

É esta Associação da Região Portuguesa que vai, por sua vez, empenhar-se na criação do Partido Socialista em Portugal (10.I.1875), dando assim expressão a uma das recomendações do Congresso de Haia: que o proletariado se constituísse em partido político distinto dos partidos burgueses.

Com uma ideologia algo imprecisa, que ao longo dos anos (programas de 1877, 1880, 1882, 1895) oscilou entre o reformismo e uma vaga colectivização dos meios de produção, ficou a dever-se ao primitivo Partido Socialista (1875-1933), sobretudo, uma intensa propaganda e mobilização organizativa que até finais do século se alargou aos principais centros industriais do país: Lisboa, Porto, Coimbra, Covilhã, Braga, Setúbal.

(«Chegar à colectivização da terra», 1880; entregá-la a «sociedades de operários agrícolas», 1882; diminuição da jornada de trabalho para 9 horas, em 1888, e para 8 horas em 1895, bem como controlo operário, unicidade sindical e transformação das empresas fabris do Estado em cooperativas; «restituir à nação» a propriedade dos baldios, matas e monopólios, com «usufruto do povo trabalhador»; enfim, transformar o Estado em República com sufrágio universal, separação da Igreja, instrução laica, registo civil e ensino obrigatório, abolição do exército permanente — esses foram alguns dos tópicos programáticos do primitivo Partido Socialista, em finais do século passado).

Os seus principais jornais foram «O Protesto» (Lisboa, 1875), «O Operário» (Porto, 1879-1882) e «O Protesto Operário» (Lisboa, Porto, 1882-1894), este por fusão dos dois anteriores.

Entretanto, a imprensa operária duplicou em cada década: meia centena de jornais na de 1870; uma centena na seguinte; e duas centenas a partir de 1890. Enquanto isso, formaram-se cerca de 400 associações operárias englobando uns 150 mil associados (contabilizados em 1880 por Costa Godolfim).

A persistente luta dos trabalhadores americanos pelas 8 horas de trabalho ajuda a reanimar na Europa o movimento operário debilitado por

divergências no seu seio: são sobretudo as ideologias marxistas e anarquistas que se contrapõem, mas também o republicanismo (em Portugal) e o catolicismo social que captam adeptos.

Quando em França os possibilistas e os marxistas convergem, enfim, para a formação da II.^a Internacional (Congressos de Paris, 1889), os socialistas portugueses estão lá representados (Luís de Figueiredo e Viterbo de Campos, além do possibilista francês André Gély, que obteve a representação da Voz do Operário, de Lisboa). Sete anos depois, no Congresso de Londres, quando da expulsão dos anarquistas, outro socialista português está presente (Azedo Gneco).

Os trabalhadores portugueses também seguem desde o primeiro ano na Europa, a decisão internacional de comemorar o 1.^o de Maio juntamente com a Espanha, França, Alemanha, Áustria e Dinamarca. Portugal comemora aquele dia do trabalhador desde 1890, e logo em várias localidades do país: Lisboa, Porto, Coimbra, Silves, pelo menos.

É desde então que também surge entre nós a legislação laboral a estabelecer limites na exploração do trabalho, a começar pelas condições do trabalho feminino e juvenil.

No princípio do século XX, sob a República

Ao dobrar do século, o movimento operário português passa por novas transformações. Enquanto o Partido Socialista resvala para o reformismo e o oportunismo político, são as correntes do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo as que vão predominar durante o primeiro quartel do século.

Na sequência da Revolução demo-burguesa da Rússia (1905-1907), verificam-se em Portugal alguns casos de amotinamentos. Em 1906 há mesmo uma revolta de marinheiros no couraçado D. Carlos. Mas ao contrário do que aconteceu com o Potenkire, a sublevação portuguesa foi cruelmente subjugada. E em 1907, quando o czar restaurou a sua autoridade absoluta, em Portugal é instaurada a Ditadura de João Franco, que por sua vez vai precipitar o fim da Monarquia.

A agitação é crescente nos centros industriais nos últimos anos da Monarquia. Proclamada a República em 1910, a guerra social intensifica-se, com a burguesia republicana a afirmar-se claramente anti-operária.

A promessa do sufrágio universal não é cumprida e as greves passam a ser reprimidas com mais violência. O movimento reivindicativo alarga-se aos campos com a formação de múltiplos sindicatos rurais e a realização de congressos do sector (6 entre 1912 e 1925).

Três meses antes do deflagrar da I.^a Grande Guerra, os trabalhadores

portugueses têm a sua primeira central sindical ao criarem a União Operária Nacional, constituída por 107 associações e 3 federações profissionais. A seguir à guerra transformar-se-á na C.G.T. portuguesa (1918), com orientação predominantemente anarco-sindicalista.

Mas entretanto, como uma das primeiras reacções europeias à Revolução de Outubro, logo em 5 de Dezembro de 1917 inicia-se em Portugal uma ditadura de tipo fascista.

Da ascensão do fascismo, à guerra colonial e à Revolução Democrática de 1974

Demagógica, a anunciar uma República Nova, a ditadura de Sidónio Pais começou por atrair forças populares e operárias. Mas, na realidade, extinguiu desde logo a ordem democrático-constitucional e instalou o poder dos agrários e chefes da indústria. Ligado a interesses da grande indústria alemã (Siemens), foi nomeado para Paris um director de serviços de informação (Homem Cristo Filho), onde passa a integrar a campanha internacional anti-bolchevique, e promove em Roma reuniões de personalidades portuguesas (Gomes da Costa, Augusto de Castro) com entidades fascistas, nomeadamente o futuro ministro das corporações Federzoni Bottai.

Internamente, passados poucos meses, o país estava enxameado de polícias oficiais e secretas, e iniciou-se uma onda de provocações terroristas anti-operárias e anti-democráticas. Uma greve geral no Outono, acompanhada de ocupações de terras por trabalhadores rurais, foi cruelmente reprimida, com prisões e deportações em massa, além de frequentes assassinatos.

Este primeiro ensaio da ditadura fascista não sobreviveu para além de um ano e uma semana. caíu com a morte do ditador, assassinado ele também.

Mas tinham-se mobilizado as forças contra-revolucionárias, que não pararam mais de reagrupar as camadas da pequena, média e grande burguesia assustadas com o espectro da revolução social.

Enquanto o proletariado mais activo cavou fundo as suas divisões entre adeptos do bolchevismo e do anarquismo, aderindo uns à III.^a Internacional em 1922 e outros à Internacional Anarquista em 1924.

É num ambiente de intensa agitação social, política, económica e financeira que decorrem os últimos anos da I.^a República. Em 1924 já está constituída a União dos Interesses Económicos, e dois anos depois instaura-se a ditadura, deflagrada por militares de alta patente.

A princípio estão no movimento golpista alguns militares republicanos

e gerais da direita ligados aos meios da alta finança. Mas passados dois meses já a situação política e militar está sob a condução exclusiva da direita. Com o general Carmona na Presidência e o Prof. Salazar no Governo, o «Estado Novo» vai ser corporativo, expressão portuguesa do fascismo que então alastrava no Ocidente da Europa: a ditadura de Primo de Rivera na Espanha (1923-1930), o *fascio littoro* e Mussolini no poder em Itália desde 1926, Adolfo Hitler em plena ascensão na Alemanha depois da marcha fascista sobre Berlim (1933) e a ser nomeado chanceler em 1933. Outros golpes fascistas sucedem-se na Áustria, na Bulgária e em França (1934), no Japão (1936), na Roménia (1937), etc..

Defrontado com esta nova situação internacional e interna, ilegalizado o sindicalismo livre e esmagadas as resistências operárias que se opuseram à fascização dos organismos de classe, o movimento operário português vai sofrer uma profunda alteração nos decénios seguintes.

A C.G.T., que já tinha baixado os seus efectivos de 150 mil para 10 mil aderentes, acaba por deixar de ter expressão em finais dos anos de 1930. O PS, por sua vez, opta pelo neutralismo político e autodissolve-se em 1933. O catolicismo social, esse, aderiu por inteiro à ditadura. Salazar faz dele a ideologia oficial do Estado.

A nova força que irrompe na cena operária é o Partido Comunista (fundado em 1921, reorganizado na clandestinidade em 1929), que sobretudo a partir de 1940-1942 vai conduzir as grandes lutas reivindicativas dos trabalhadores, organizando-os e disciplinando-os, ao mesmo tempo que propugna por uma frente popular anti-fascista, na unidade das forças democráticas contra a ditadura. Combinando meios legais e clandestinos, demonstrou grande capacidade de resistência contra a repressão insistente e violenta que o Estado fascista sempre lhe moveu.

Foram inúmeras as grandes e pequenas greves desencadeadas tanto nos centros industriais, como nos meios rurais. Graças a elas, o proletariado rural do Sul chegou mesmo a alcançar uma vitória histórica, ao impor o limite das 8 horas de trabalho nos campos, em 1962.

Quanto aos socialistas, depois da II.^a Guerra Mundial, houve sucessivas tentativas de reagrupamento de novos elementos, mas soçobravam frente à repressão e ao clima de «guerra fria», que atirava os socialistas para posições centristas e divorciadas das classes trabalhadoras. Isso mesmo reconheceu o seu secretário-geral (Mário Soares) eleito em 1973, quando da criação, na Alemanha Federal, do novo Partido Socialista português.

Nos anos finais da ditadura, a emigração económica para os países mais industrializados e a longa guerra colonial (1961-1974) favoreceram as condições para os trabalhadores portugueses imporem as suas reivindicações. Em 1970, será mesmo formada a Intersindical Nacional.

Apenas tolerada, alcançou rapidamente uma grande representatividade do proletariado português e foi a força motora das grandes conquistas operárias alcançadas quando da Revolução do 25 de Abril, que a reconheceu como confederação nacional.

Mas como, depois da Revolução, a agitação operária despertou sectores muito amplos e nem todos se reconheciam na linha da unicidade sindical, veio a criar-se em 1978 uma nova central, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), que aglutinou sobretudo sindicatos de Quadros e Serviços. Há 2 anos, estimava-se que a primeira abrangeria perto de um milhão e meio de trabalhadores, e a segunda cerca de meio milhão.

São estas duas centrais, a CGTP-IN e a UGT, que nos últimos anos têm liderado o movimento sindical português, geralmente com divergências de princípios, mas por vezes em convergência táctica.

Presentemente, começa a esboçar-se uma certa convergência das centrais sindicais.